



**COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS**

Brasília-DF 21 de Julho de 2020

# **A UNIÃO É MAJORITÁRIA, MAS QUEM MANDA NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ELETROBRAS É WILSON PINTO JUNIOR E JORGE PAULO LEMANN**

A Lei-3.890-A, de 25/04/61, que autorizou a UNIÃO a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – ELETROBRÁS, estabelece que “o Conselho de Administração será integrado por nove membros, eleitos pela Assembleia Geral, que designará dentre eles o Presidente, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a três anos, admitida a reeleição, assim constituído: I - sete Conselheiros escolhidos dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia; II - um Conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma do art. 61 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998; III - um Conselheiro eleito pelos acionistas minoritários, pessoas físicas e jurídicas de direito privado.”



tação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

A Lei 3.890-A é muito cara para todos os brasileiros, principalmente os que atuam ou já atuaram na Eletrobras, foi ela que materializou o sonho do presidente Getúlio Vargas, registrado em sua carta testamento lavrada naquele fatídico 24 de agosto de 1954.

O legislador, ao definir a composição do Conselho de Administração da Eletrobras - CAE com 7 (sete) indicados pelo MME, 1 (um) indicado pelo Ministério da Economia, 1 (um) indicado pelos acionistas minoritários, além de 1(um) eleito pelos empregados (inclusão mais recente), não o fez aleatoriamente, mas com visão estratégica, buscando a preservação dos interesses do Estado e da sociedade numa empresa estatal e com participação majoritária da União.

Na tabela abaixo, temos informações sobre o atual CAE, que tem 11 (onze) membros, sendo: 1(um) eleito pelos empregados, 2(dois) representando o Ministério da Economia, 1 (um) presidente da Eletrobras, 2 (dois) eleitos por minoritários e 5 (cinco) gente indicada por Wilson Pinto Junior e outros do mercado com vínculos com minoritários. Como o presidente da Eletrobras e os dois representantes do Ministério da Economia também são alinhados e indicados pelos grandes senhorios do mercado especulativo, nota-se evidências de notório descumprimento da lei pelo atual governo e claro delito de prevaricação (crime cometido por funcionário público quando, indevidamente, este retarda ou “deixa de praticar” ato de ofício ou pratica-o contra disposição legal expressa, visando satisfazer interesse pessoal).

Façam suas análises:

Conselheiro	Vaga	Indicação
Wilson Pinto Junior	Acionista Controlador	Presidente da Eletrobras indicado pelo presidente Michel Temer e Moreira Franco. Desde seu início na CPFL, alinhou-se à grandes empreiteiras como a Camargo Corrêa e grandes bancos e trabalha a mercê de grandes fundos especulativos e predadores.
José Guimarães Monforte	Acionista Controlador	Veio do Mercado com Wilson Pinto Junior e assumiu a presidência do CAE. Essa vaga sempre foi indicada por pessoas do MME, inclusive Ministros ou Secretários Executivos, por se tratar de posição super estratégica.
Ricardo Brandão Silva	Acionista Controlador	Ex-Consultor Jurídico de Wilson Pinto Junior na Eletrobras
Vicente Falconi Campos	Acionista Controlador	Veio com Wilson Pinto Junior e vai transferir a vaga para Lucia Casasanta, ex-diretora de conformidade da Eletrobras, também afilhada de Wilson Pinto Junior, que durante sua gestão fez “vista-grossa” às inconformidades praticadas por seu padrinho. Defende na empresa os interesses milionários da eterna prestadora de serviços sem licitação, Deloitte.
Mauro Gentile R. Cunha	Acionista Controlador	Veio do Mercado – presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), vinculado aos minoritários.
Ruy Flaks Schneider	Acionista Controlador	Veio do Mercado
Felipe Vilela Dias	Acionistas Minoritários	Eleito pelos Acionistas Minoritários PN, vaga de direito do maior acionista minoritário 3G capital.
Daniel Alves Ferreira	Acionistas Minoritários	Eleito pelos Acionistas Minoritários ON
Bruno Eustáquio Ferreira C. Monteiro	Acionista Controlador	Representante do Ministério da Economia
Marcelo de Siqueira Freitas	Acionista Controlador	Representante do Ministério da Economia
Luiz Eduardo dos S. Monteiro	Eleito pelos Empregados	Empregado da Eletrobras

A composição atual do CAE retrata o quanto a alta administração da Companhia está aparelhada para facilitar o seu processo de destruição e privatização.

As palavras, *“Ética e Transparência”*, nunca foram tão desvalorizadas na Eletrobras, como estão sendo na gestão de Wilson Pinto Junior. No site da empresa, o valor aparece com o seguinte direcionamento *“sermos íntegros e honestos, leais aos compromissos assumidos, cientes das nossas responsabilidades e transparentes nas nossas ações e resultados em todos os momentos.”* Infelizmente, esse valor que é nobre a todas as organizações, na

Eletrobras de hoje, exclusivamente no andar de cima, tem o mesmo valor de uma nota de R\$ 3,00.

Todos achavam que com a criação de uma Diretoria de Compliance exclusiva para cuidar de conformidade, integridade, governança e outros mecanismos para reforço das linhas de defesa da Eletrobras, teríamos, enfim, melhores controles, com apuração de responsabilidade de malfeitos, principalmente contratações sem licitação e outras não conformidades. O remédio seria uma diretoria nova, a ser conduzida por uma diretora originária da consultoria Deloitte.

Entretanto, já na apresentação da nova

diretoria em 2016, com o Hotel Guanabara lotado com trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras, o senhor Wilson Pinto Junior já apresentou a primeira diretora da área de conformidade como a “pessoa que contratei”, mostrando de um lado o total desprezo ao CAE e aos acionistas – que deveriam ser seus superiores e quem, por direito, que escolhe o diretor executivo da empresa – e, de outro lado, dá claro sinal de que, já de início, coloca toda a área de apoio ao acionista no combate à fraude e desfeitos prejudiciais à Eletrobras, sob sua tutela. Coloca-a em sua folha salarial pessoal!

O tempo passou, pouca coisa mudou, com o fundo do tapete sobrecarregado, a diretora de conformidade faz uma carta de renúncia e pede para sair. Seu padrinho recebe a carta, pede que ela fique mais um pouco e na sequência lhe consegue uma vaga para o CAE. Então a “pessoa que contratei” e que fez vista grossa para os desmandos, passa agora a colaborar nesse importante órgão de decisão superior, sem criar problemas, com um voto garantido, mais um voto “sim senhor”. É uma total inversão hierárquica, jamais vista no ambiente público e, até mesmo, privado, onde o subalterno indica e manda no superior. Isso só é possível dentro de um esquema muito bem organizado fora das dependências da empresa e do governo. Jamais um governo com moral e comprometido com a coisa pública deixaria isso acontecer.

Situação melhor não seria possível, deixar a posição de diretora na Eletrobras, ganhar vaga no Conselho e, de quebra, ter como sucessora uma ex-colega da Deloitte, pura “coincidência” e “conjuminância dos astros”. Será que o nome

da diretoria será mantido, ou passará a se chamar DD – Diretoria da Deloitte? Não é sem razão que a governança na Eletrobras esteja em frangalhos.

Cabe aqui mais uma reflexão: conformidade para o empregado não precisa necessariamente de uma diretoria exclusiva, a estrutura empresarial já dá conta de abraçar todos os aspectos relacionados. Entretanto, nota-se que a conformidade para a alta administração hoje é inexistente, já que as regras e os códigos não valem para ela.

A Associação de Empregados da Eletrobras – AEEL, incansável na defesa da Eletrobras e de seus trabalhadores e trabalhadoras, vem denunciando, há algum tempo, o ambiente de compadrio que se formou em torno do CAE. Uma vergonha sem precedente e uma fraqueza monumental no processo de governança da estatal!

O MME quando aceita a política de compadrio na formação do Conselho de Administração da Eletrobras, concorda com a destruição da governança da Empresa, fere os princípios da Lei 3.890-A, fecha os olhos para os conflitos de interesses e prevarica por não defender os interesses públicos.

**Enquanto a Lei 3.890-A preconiza o equilíbrio de forças, o Ministério de Minas e Energia desaparece do Conselho de Administração da Eletrobras e entrega suas vagas ao Mercado. O MME terceirizou suas responsabilidades, deixando Wilson Pinto Junior mandar no CAE.**

*(Reprodução do boletim da Aeel)*

